

NA BASE

www.sind.org.br

CLÁUSULA 4ª



Centenas de trabalhadores participaram de uma grande mobilização, no dia 10/06, em frente ao prédio onde funciona o setor administrativo da Braskem, no Iguatemi. O objetivo foi pressionar a empresa a formalizar uma proposta para o pagamento da cláusula 4ª. Nesta quarta-feira, 16/06, outra mobilização, de forma ainda mais intensificada, acontecerá no mesmo local. **Pag.04**

LEI DO PETRÓLEO

FUP e Sindicatos iniciam luta pelo veto do presidente Lula à emenda que coloca em risco os campos terrestres

Petroleiros de vários estados, inclusive da Bahia, acompanharam, no plenário do Senado, a votação dos projetos do governo que alteram a lei de petróleo, nos dias 08 e 09/06. Participaram ainda estudantes e militantes do MST. A FUP e seus Sindicatos se manifestaram a favor do monopólio estatal, defendendo o projeto dos movimentos sociais (PLC 531/09) e reafirmando a importância da Petrobrás 100% pública e estatal, bem como a destinação social dos recursos gerados pelo petróleo. A votação no Senado se estendeu pela madrugada do dia 10, culminando com a aprovação dos projetos do Executivo referentes ao sistema de partilha, ao fundo social e à capitalização da Petrobrás. A mobilização dos tra-

balhadores e estudantes garantiu avanços no fundo social, através da aprovação da emenda da UNE que destina 50% dos recursos do fundo para a educação. Os petroleiros também fizeram repercutir no Senado a campanha da FUP pela manutenção dos campos terrestres operados pela Petrobrás.

Agora a luta é para que o presidente Lula vete o inciso quarto do artigo 1º do projeto de lei que capitaliza a Petrobrás (PLC08/2010). Esse inciso foi uma das modificações feitas pelos deputados na redação original do governo, durante a votação na Câmara. Se mantido, o texto abre brechas para que a Petrobrás se retire da produção de petróleo em terra e utilize os campos que detém para pagar parte dos barris que vai receber da União

no processo denominado Cessão Onerosa. No documento enviado ao Presidente da República, a FUP alerta que a Petrobrás poderá reduzir a menos de um terço seus ativos de produção terrestre, se tiver que ressarcir a União, se desfazendo dos campos com menor produção, até atingir os 100 milhões de barris previstos no processo de capitalização. "Se isso acontecer, a empresa terá que se desfazer de 41 áreas de produção terrestre no Espírito Santo, ficando apenas com dois dos 43 campos atuais. Na Bahia, os ativos terrestres da Petrobrás seriam reduzidos de 73 para 17; e no Rio Grande do Norte, de 59 para 10", destaca o documento da FUP, solicitando o veto do presidente Lula (Com informações da FUP)

CLÁUSULA 4ª
GANHAMOS E
VAMOS LEVAR
CUSTE O QUE
CUSTAR!

Ano 05 • Nº 214
15 a 21 de junho de 2010

SEMINÁRIO

O prazo de inscrição para participar do Seminário Negros e Negras no Poder encerra na quarta-feira 16/06. Os interessados devem se inscrever através do correio eletrônico secretaria@sind.org.br. O Seminário acontecerá no sábado 19 de junho, a partir das 8h, na sede do Sindicato. Também para o dia 16/06 está marcada a votação do Estatuto da Igualdade Racial. O projeto de lei (PLS 213/03) do senador Paulo Paim (PT/RS) tramita em regime de urgência e deverá ser aprovado. O Estatuto que combate a discriminação, garante igualdade de oportunidades e resguarda os direitos étnico-raciais da população negra será o primeiro item de pauta de votações da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Já são sete anos de tramitação no Congresso Nacional.

Entrevista – o coordenador dos Movimentos Sociais, Antonio Carlos Spis fala sobre o Projeto Brasil.

Pág 02

Sansuy – Justiça reconhece legitimidade do Sindicato

Pág 03

Saúde e Segurança – Rede Braskem discute assunto no RS

Pág 04

Uma boa notícia: o nosso PIB (Produto Interno Bruto) teve um crescimento de 2,7% no primeiro trimestre deste ano em comparação aos três últimos meses de 2009. Em relação aos três primeiros meses do ano passado, a expansão foi de 9%. Este crescimento vem coroar o modelo de política econômica adotado pelo governo atual e também a ação das centrais sindicais, a exemplo da CUT, que lançaram propostas e fizeram cobranças ao governo durante a crise financeira internacional. Aliás, é realmente muito gratificante constatar que a crise em nosso país não passou mesmo de uma “marolinha” e não afundou empresários e trabalhadores brasileiros. Pelo contrário, foi usada pelo governo como trampolim para o crescimento do país. Segundo análise de economistas, o Brasil deve crescer ao longo de 2010 de 6,5% a 7%, retomando o crescimento anterior à crise. Para ele a inflação também não será um grande problema, como vem alardeando a mídia direitista, pois o país está crescendo com bases sólidas, de forma ordenada. Os economistas garantem que não foi o crescimento da economia, com destaque para o desempenho da indústria e o aumento do consumo interno, que puxou um pouco para cima a inflação, mas sim o item alimentação, em consequência de fatores específicos como o clima. De acordo com pesquisa da Fundação Getúlio Vargas-Rio, mantida a tendência de crescimento médio da economia no governo Lula, até 2014 o número de pobres será reduzido pela metade. A pesquisa mostra que a diminuição do número de pobres e a ascensão de 32 milhões de brasileiros às classes ABC entre 2003 e 2008 esteve relacionada, principalmente, ao aumento do emprego formal e da renda do trabalho, à política de valorização do salário mínimo e aos programas sociais, como o Bolsa Família. Estamos no caminho certo.

ENTREVISTA

No boletim Na base desta semana trazemos uma entrevista com o coordenador dos Movimentos Sociais, Antonio Carlos Spis. Ele fala sobre o Projeto Brasil, que tem o apoio de diversas entidades sociais e estudantis. Spis explica também o papel da Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS). Confira:

Na Base - Qual a avaliação que você faz do encontro que aconteceu em São Paulo e que reuniu mais de 3 mil pessoas em São Paulo?

Antonio Carlos Spis - Superou as nossas expectativas, pois pensávamos que reuniríamos duas mil pessoas, na quadra do Sindicato dos Bancários, mas apareceram 3 mil militantes de 22 estados brasileiros determinados a construir um projeto dos movimentos sociais para 2010. O Projeto Brasil vem sendo estruturado e aperfeiçoado desde o Fórum Social do Nordeste, realizado em Recife, em 2004. O projeto já passou por nove plenárias nacionais e a CMS tem uma tarefa muito prioritária que é encontrar consensos entre grandes entidades sociais, como a UNE, o MST, a Marcha das Mulheres, e diversas outras entidades estudantis e sociais. Nós consolidamos isso em um projeto e vamos dialogar com a sociedade, com o judiciário, com o executivo e também com todos os candidatos à eleição de 2010.

NB - Qual a grande estratégia pra garantir essa divulgação?

ACS - Nós vamos para as praças públicas. Montaremos uma estratégia de como socializar isso com o conjunto das entidades e da sociedade. Em 2006, nós fizemos atos em diversas praças, não só nas capitais, pra chamar o povo pra ajudar a debater porque o projeto permite a atualização e a inserção de novos temas. Nós achamos importante também que os projetos cheguem aos estados e municípios para que a população pressione prefeitos, vereadores e governadores.

NB - O que fazer para ter acesso ao documento?

ACS - O documento está nos portais da CUT (www.cut.org.br), da UNE (www.une.org.br), do MST (www.mst.org.br). No dia 11 de junho, nos reunimos para elaborar a versão final do documento, incluindo as propostas apresentadas pelos delegados e delegadas do Encontro de São Paulo que foram muitas.

NB - Quais são os próximos passos da CMS?

ACS - Nós temos preocupação com as próximas eleições presidenciais, com a possibilidade da direita voltar ao poder. Entretanto não estamos tranquilos com a proposta que o Lula apresenta de continuidade, porque ela não foi debatida ainda pelos



movimentos sociais. Para as próximas eleições queremos discutir projetos, não discutir nomes. Assim podemos cobrar qualquer governo que implemente nossas propostas e projetos, mas antes é preciso mobilização. A CMS trabalha assim: nós montamos boas estratégias, mas não esquecemos a mobilização e já temos experiências nesse sentido como a mobilização de 1999, contra o projeto neoliberal do presidente Fernando Henrique Cardoso, que reuniu mais de 100 mil pessoas. Além disso, há algum tempo reunimos quase 30 mil pessoas para desmascarar a direita e a mídia no episódio que ficou conhecido como “mensalão”, e assim por diante. Portanto, a partir do segundo semestre conseguiremos grandes mobilizações após a apresentação do projeto, e dar um alerta à sociedade e a qualquer governo, seja ele qual for: a pauta dos trabalhadores e do movimento social não poderá nunca ser dispensada pelos governantes.

Em tempo: Que assunto gostaria que o Sindicato abordasse nas entrevistas do boletim Na Base. Mande sua sugestão para o correio eletrônico imprensa@sind.org.br

IPC NOR

À espera do resultado das investigações sobre acidente

Sindicato e trabalhadores ainda aguardam o resultado das investigações do acidente que teve como vítima o trabalha-

dor Clério dos Santos. Ele morreu após ser atingido por um galpão pré-moldado recém construído, que desabou. Exi-

gimos acesso à perícia técnica. É preciso respeitar e tratar com responsabilidade os trabalhadores e Sindicato.

BOLETIM
NA BASE

BOLETIM INFORMATIVO OFICIAL
DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DO RAMO
QUÍMICO/PETROLEIRO DO ESTADO DA BAHIA

Rua Marujos do Brasil, nº20,
Nazaré, SSA/BA, CEP 40050-030,
Tel.: (71) 3444-1313 Fax: (71) 3444-1327

E-mails:
Setor de Comunicação: imprensa@sind.org.br
Sindicato: sind@sind.org.br

Tiragem: 18.000 exemplares

ESTAMOS DE OLHO

BAHIAGÁS

Trabalhadores querem avanço e respeito nas negociações

A comissão dos trabalhadores e o Sindicato participaram de uma reunião no dia 09/06, com a direção da Bahiagás. Mas não houve avanço porque a empresa continuou com a mesma ladainha defendendo a manutenção do Sindicato dos Comerciantes como

representante dos trabalhadores indo de encontro à vontade de mais de 90% dos trabalhadores, inclusive muitos gerentes, que preferem o nosso Sindicato para representá-los. Foi marcada outra reunião para o dia 15/06, às 10h, na sede da Bahiagás. Esperamos

que desta vez a empresa traga propostas que satisfaçam os trabalhadores. Em um momento como este é muito importante que todos estejam organizados e preparados para a luta. Continuamos em estado de greve e mobilizados!

SANSUY

Justiça reconheceu legitimidade do Sindicato

No dia 04 de junho, a Desembargadora Dra. Luíza Lomba do TRT da 5ª Região (BA) decidiu que o nosso Sindicato tem plena legitimidade para atuar na Justiça em defesa de todos os trabalhadores da categoria e, por isso, não está obrigado a desmembrar a ação coletiva proposta em face da empresa Sansuy. A reclamação trabalhista ajuizada contra a empresa Sansuy visa, em síntese, à condenação da reclamada ao pagamento de PLR, multa normativa e diferenças de horas extras. A partir da decisão

vitoriosa do Tribunal, a ação terá regular prosseguimento na busca de uma sentença de mérito favorável aos trabalhadores.

O Juiz da 4ª Vara do Trabalho de Camaçari havia determinado que a entidade juntasse lista de substituídos, bem como que dividisse a reclamação trabalhista em dezenas outras ações individuais, com no máximo cinco trabalhadores por ação. Contra esse julgamento de 1ª Instância, o Sindicato impetrou mandado de segurança por intermédio do Escritório Ali-

no & Roberto e Advogados. Em resposta, o Tribunal entendeu que "discutir tais aspectos individuais na via de conhecimento coletivo tem, via de regra, por consequência, inviabilizar a própria tutela pretendida. Afora isso, o art. 8º, inciso III da Constituição Federal consagra hipótese de substituição processual ampla e irrestrita, à medida que garante à entidade sindical a possibilidade de ingressar em juízo na defesa de direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria que representa".

PLEBISCITO/CAMPANHA

Por um limite da propriedade da terra

Você acha que deveria haver um limite para propriedade de terra no Brasil? Entre os dias 1º e 7 de setembro, a sociedade brasileira terá a oportunidade de responder a essa pergunta através de um plebiscito popular. A iniciativa, promovida pelo Fórum Nacional Popular pela Reforma Agrária e Justiça no Campo juntamente com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), pretende indagar a população se há necessidade de limitar ou não as propriedades de terras. Os interessados em participar da Campanha já podem assinar e divulgar o abaixo-

assinado em apoio à proposta de emenda à Constituição que limita a área da propriedade de terra no país, pois para tornar-se um projeto de lei de iniciativa popular, são necessárias, no mínimo, 1,5 milhão de assinaturas, meta que se pretende superar. O plebiscito irá propor à sociedade um limite de 35 módulos fiscais para as propriedades de terras rurais. A intenção é que essa limitação esteja prevista na Constituição Federal. Segundo o Incra, o módulo fiscal é a unidade que "serve de parâmetro para classificação do imóvel rural quanto ao tamanho". A Lei

nº 8.629, de fevereiro de 1993, considera grandes propriedades imóveis acima de 15 módulos fiscais. De acordo com a Campanha Nacional pelo Limite da Propriedade da Terra, a inclusão na Constituição do limite das propriedades de terras em até 35 módulos fiscais "resultaria numa disponibilidade imediata de mais de 200 milhões de hectares de terra para as famílias acampadas, sem despender recursos públicos para a indenização dos proprietários". Mais informações: <http://www.limite.daterra.org.br/index.php> e, na Bahia, appbahia@gmail.com

ELEIÇÕES

O primeiro debate online da internet brasileira com presidenciáveis deverá atingir 94% dos internautas brasileiros, reunindo quatro dos maiores portais em audiência do País, iG, MSN, Terra e Yahoo!. O encontro será realizado no dia 31/08 e transmitido pelos quatro portais simultaneamente. A organização do debate está a cargo de três agências do Grupo TV1: TV1 RP, TV1.Com e TV1 Vídeo.

MEIO AMBIENTE

Com objetivo de aliar o desenvolvimento econômico à preservação ambiental, foi assinado, no dia 08/06, na Fundação Luís Eduardo Magalhães (FLEM), por meio das secretarias estaduais do Planejamento (Seplan) e do Meio Ambiente (Sema), o Plano de Desenvolvimento Sustentável (PDS) do Estado da Bahia, com foco no Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE). O PSD tem o objetivo de nortear as ações do Estado e da iniciativa privada, em um horizonte de 10 anos, no que tange a preservação ambiental e o detalhamento de ações de desenvolvimento sócio-econômico para o território baiano. O PDS deve ser concluído até novembro de 2011

FAMÍLIA

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara pode votar, nesta semana, a redação final do PL 6.243/05, da deputada Sandra Rosado (PSB/RN), que acrescenta inciso ao artigo 473 da CLT, a fim de permitir ao empregado deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo de salário para acompanhar filho em virtude de enfermidade.

PPP

Está na pauta da Comissão de Seguridade Social e Família, o PL 2.421/07, do deputado Nelson Pellegrino (PT/BA), que dispõe sobre a responsabilização das tomadoras de serviços terceirizados pela expedição de Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), em favor de trabalhadores sujeitos a aposentadoria especial.

CLÁUSULA 4ª

Mobilização do dia 10/06 foi um sucesso. Quarta-feira, 16/06, tem mais!

Na quinta-feira, dia 10/06, Sindicato e trabalhadores mostraram que estão dispostos a enfrentar a luta para finalmente conquistar o pagamento da cláusula 4ª. Durante todo o dia eles permaneceram em frente ao prédio onde funciona o setor administrativo da Braskem, no Iguatemi, inclusive almoçando no local. O objetivo foi pressionar a Braskem, que se comprometeu a fazer uma proposta de pagamento da cláusula 4ª e nem sequer respeitou a orientação do Supremo Tribunal Federal, que no mês de março deste ano deu um prazo de três meses para que as partes se entendessem.

Mas findado o prazo a Braskem não fez proposta alguma e o desrespeito do grupo Odebrecht fez com que o sentimento de indignação dos trabalhadores fosse atizado. Mas este foi só o começo de mobilizações crescentes que vão acontecer a partir de agora. Na próxima quarta-feira, dia 16/06, outra grande mobilização está marcada para acontecer no mesmo lugar, só que desta vez o Sindicato irá mandar instalar banheiros químicos em frente ao prédio da Braskem e a ideia é que todos durmam no local e permaneçam lá até o dia 18/06, sexta-feira. Sugerimos que todos se

preparem para passar estas noites em frente ao prédio. Não vamos arredar pé até que a Braskem faça uma proposta.

Outras grandes mobilizações também estão sendo preparadas,

o patronato não perde por esperar. Afinal, tudo nesta vida tem limite e a paciência em relação à cláusula 4ª chegou ao fim. Vamos continuar no mesmo caminho e intensificando cada vez mais as mobilizações.

SINDICATO LABORAL ENVIA CARTA AO SINDICATO PATRONAL (SINPEQ) COBRANDO A FORMALIZAÇÃO DE UMA PROPOSTA PARA O PAGAMENTO DA CLÁUSULA 4ª

No documento, que também será protocolado no Supremo Tribunal Federal, lembramos que no mês de março deste ano, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) determinou a suspensão do julgamento do processo pelo prazo de 90 (noventa) dias, com base na proposta do Ministro Ricardo Lewandowski.

Mas, infelizmente até o momento o Sindicato Patronal demora a formalizar a sua proposta de acordo, apesar de determinadas Empresas já terem sinalizado ao Sindicato dos Trabalhadores que fariam uma proposta. No documento enviado ao Sinpeq, lembramos que esse processo tramita na Justiça brasileira há mais de 20 (vinte) anos e, ao longo

desse período, o Sindicato dos Trabalhadores sempre atuou de forma veemente, realizando diversas mobilizações legítimas da categoria profissional, além de encaminhar a questão com toda a transparência, cumprindo o seu papel na tentativa de celebrar acordos com as empresas, atitude que se intensificou após a suspensão do feito por noventa dias, para que as partes finalizassem um pacto definitivo, englobando toda a categoria. Por tais razões, o Sindicato dos Trabalhadores do Ramo Químico/Petroleiro do Estado da Bahia conclama o Sindicato Patronal e cada uma de suas Empresas filiadas a formalizar a sua proposta de acordo, dando continuidade ao processo de negociação.

FERTILIZANTES

O Sindicato realizou, nos dias 09 e 11/06, assembleias nas portas das fábricas de Camaçari e Candeias, promovendo atrasos no expediente até às 8h. Nas assembleias, os trabalhadores rejeitaram a contraproposta do patronato, assim como o Sindicato já o tinha feito na mesa de negociação. Além disto, os trabalhadores estão aprovando um calendário de mobilizações com indicativo de greve por tempo indeterminado, caso não haja avanços.

PLR/PETROBRÁS

A Petrobrás agendou para quarta-feira, 16/06, reunião com a FUP para prestar "esclarecimentos sobre os dados econômicos que compuseram a proposta para quitação da PLR-2009", como destaca no documento enviado à Federação nesta segunda-feira, 14. Desde que a Petrobrás apresentou sua proposta para quitação da PLR 2009, a FUP vem cobrando da empresa as informações necessárias para dar transparência ao processo de negociação. A Federação tem reiterado que, além de incompleta, a proposta da Petrobrás está aquém dos resultados construídos pelos petroleiros. Na reunião, a FUP vai cobrar uma nova proposta, extensiva a todos os trabalhadores das subsidiárias.

SEMINÁRIO

Trabalhadores apontam falta de investimento em saúde e segurança na Braskem

Representantes de sindicatos de trabalhadores da Braskem de todo o país, além de membros da CNQ e órgãos ligados ao Ministério do Trabalho participaram, no dia 10 de junho, em Porto Alegre, do Encontro Nacional sobre Saúde e Segurança no Meio Ambiente de Trabalho na Braskem. Todos os sindicatos que participaram do Seminário, alertaram para as precárias condições de segurança existentes nas plantas da empresa no RS, AL, RJ, BA e SP.

No encontro, além dos representantes dos trabalhadores da Braskem dos cinco estados, também estavam presentes trabalhadores do ramo químico cutista e petroleiros do RS, do ramo químico do PR e representantes dos trabalhadores de transporte terrestre e marítimas de cargas líquidas do Polo. Os representantes dos sindicatos presentes ao evento fizeram relatos sobre as dificuldades encontradas nas unidades da empresa, como as

mais de si de 500 demissões que aconteceram no RS desde que a empresa assumiu o controle do Polo.

Foram relatados também acidentes graves pelos sindicatos dos Químicos do Rio de Janeiro e dos Petroleiros de Alagoas/Sergipe. Já os Químicos e Petroleiros da Bahia, apresentaram um panorama da situação das estruturas de segurança e dos acidentes ocorridos no Polo baiano nos últimos 15 anos. A partir dos debates,

foram definidas as linhas gerais de preparação de um documento com as conclusões do encontro, que após consolidado, será entregue por todas as entidades num encontro com a Braskem na Bahia, assim como enviado a Petrobras, órgãos públicos como Superintendências Regionais do Trabalho e Empresa, Ministérios Públicos do Trabalho federal e regionais e dado conhecimento à sociedade. (Com informações da Assessoria de Imprensa do Sindipolo)